

CDC  
Centro de controle e prevenção de doenças  
CEDI  
Cadastro de edificações do município  
CEP  
Conselho de ética e pesquisa  
CET  
Companhia de Engenharia de Tráfego  
CETESB  
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo  
CEVS  
Centro Estadual de Vigilância em Saúde  
CFM  
Conselho Federal de Medicina  
CID  
Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde  
CIEVS  
Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde  
CLT  
Consolidação das Leis do Trabalho  
CNAE  
Classificação nacional de atividades econômicas  
CNPJ  
Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas  
CNS  
Conselho Nacional de Saúde  
COE  
Código de Obras e Edificações  
CONEP  
Comissão Nacional de Ética em Pesquisa  
CONITEC  
Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde  
CONTRU  
Departamento de controle e uso de imóveis  
CONTRU/DACCESS  
Controle do Uso de Imóveis - Divisão de Segurança de Uso  
CONTRU/DSUS  
Departamento de controle e uso de imóveis – divisão de segurança de uso  
COREN-SP  
Conselho regional de enfermagem de São Paulo  
COVISA  
Coordenadoria de vigilância em saúde  
CPDU  
Coordenadoria de planejamento e desenvolvimento urbano  
CPI  
Comissão parlamentar de inquérito  
CREA  
Conselho regional de engenharia e agronomia  
CREMESP  
Conselho regional de medicina do estado de São Paulo  
CRM  
Conselho regional de medicina / registro  
CTEO  
Consultoria técnica de economia e orçamento  
CVS  
Centro de Vigilância Sanitária  
DGOUS  
Departamento geral de uso e ocupação do solo  
DIOPE - ANS  
Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras da Agência Nacional de Saúde  
DIS  
Decreto de declaração de interesse público e social  
DOC  
Diário oficial da cidade  
DOCTOS  
Documentos  
DOCTOS  
Documentos  
DPU  
Defensoria Pública da União  
DTCO  
Declaração tributária de conclusão de obra  
DUP  
Decreto de declaração de utilidade pública  
DUP  
Decreto de declaração de utilidade pública  
EAS  
Estabelecimentos assistenciais de saúde  
ENG  
Engenheiro  
FDA  
Food and Drug Administration  
FGTS  
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço  
FMUSP  
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo  
Hcor  
Hospital do Coração  
IBGE  
Instituto brasileiro de geografia e estatística  
INDEF  
Indeferido  
INSS  
Instituto Nacional do Seguro Social  
ISS  
Imposto sobre serviços de qualquer natureza  
IT  
Instrução técnica (corpo de bombeiros)  
LPUOS  
Legislação de parcelamento uso e ocupação do solo  
LTA  
Laudo técnico de avaliação  
M<sup>2</sup>  
Metro quadrado  
MBA  
Master in Business Administration  
MEC  
Ministério da Educação  
MERS  
Síndrome respiratória do Oriente Médio  
MPSP  
Ministério Público do Estado de São Paulo  
NFE-S  
Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas  
NIH  
National Institutes of Health  
nR1-6  
Lei nº16.402/2016 define serviços profissionais: estabelecimentos destinados à prestação de serviços de profissionais liberais, técnicos ou universitários ou de apoio ao uso residencial  
nR2  
Lei nº16.402/2016 define uso não residencial tolerável a vizinha residencial  
nR2.05  
Lei nº16.402/2016 define serviços de saúde de médio porte: estabelecimentos de médio porte destinados ao atendimento à saúde da população, com área construída computável menos que 7.500 m<sup>2</sup>  
nR3-04  
Lei nº16.402/2016 define local de reunião ou evento de grande porte localizado na zona urbana com lotação superior a 500 pessoas  
nR3-08  
Lei nº16.402/2016 define serviços de saúde de grande porte: estabelecimentos de grande porte destinados ao atendimento à saúde da população, com área construída computável igual ou superior a 7.500 m<sup>2</sup>  
NROS  
Números  
NT  
Norma técnica  
NTO  
Norma técnica oficial  
OAB/SP  
Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo  
OFF LABEL

Adoção de medicamento "fora do rótulo"  
OMS  
Organização Mundial da Saúde  
PAP  
Programa de Apoios Psicoterapêuticos  
PJ  
Pessoa Jurídica  
PL  
Projeto de Lei  
PRO-AIM  
Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade  
Procon-SP  
Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor  
PUC -RJ  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
RDC  
Resolução da Diretoria Colegiada  
RDP  
Resolução de Processo  
RE  
Reunião Extraordinária  
RO  
Reunão Ordinária  
SARS  
Síndrome respiratória aguda grave  
SBIS  
Sociedade Brasileira de Informática em Saúde  
SIVEP - Gripe  
Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da Gripe  
SMUL  
Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento  
SOPATI  
Sociedade Paulista de Terapia Intensiva  
SRAG  
Síndrome Respiratória Aguda Grave  
Tabela PMC  
Tabela de Protocolo de Manejo Clínico  
TAC  
Termo de Ajustamento de Conduta  
TCLE  
Termos de Consentimento Livre e Esclarecido  
TCM  
Tribunal de Contas do Município  
UTI  
Unidade de Terapia Intensiva  
WMA  
Associação Médica Mundial / World Medical Association  
16 dOS ADITAMENTOS APROVADOS

Na 3ª R. E. de aprovação de relatório, do dia 04/04/2022, os vereadores dessa CPI apreciaram esse Relatório Final, aprovaram por unanimidade. E foram oferecidos e aprovados 3 aditamentos:

1. Moção dirigida ao Presidente da Câmara dos Deputados solicitando tramitação em regime de urgência ao PL 3819/2021, já aprovado pelo Senado Federal, de autoria da CPI da COVID, que define o dia 12 de março como Dia Nacional em Homenagem às Vítimas da COVID 19, bem como a apresentação de um projeto de lei desta Comissão propondo a mesma data como Dia Municipal com o mesmo nobre objetivo.

2. Aprovação de Moção dirigida ao Presidente da Câmara dos Deputados solicitando tramitação em regime de urgência ao PL 2671/2021, de autoria do deputado federal Pedro Uczai, que cria a Semana Nacional em Apoio e Defesa dos Direitos das Vítimas da COVID 19, bem como a apresentação de um projeto de lei desta Comissão propondo a mesma iniciativa no plano Municipal

3. Retirada de CARLA MORALES GUERRA GODOY dos indiciamentos apresentados por essa CPI, considerando que nas oitivas a essa CPI compareceu sem HABEAS CORPUS (HC), e contribuiu para esclarecimentos de alguns fatos. Sendo assim, foi justificado em cada item, que pede o seu indiciamento.

Portanto, fica excluído o nome da CARLA MORALES GUERRA GODOY dos indiciamentos.

## SECRETARIA DA CÂMARA

### PRESIDÊNCIA

#### Escola do Parlamento

Comissão de Avaliação e Credenciamento

A Comissão de Avaliação e Credenciamento, instituída pelo Edital EP 002/2020, publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 01 de fevereiro de 2020, torna pública os resultados da análise de recursos contra a não-habilitadas nos termos do Edital EP 004/2022 – Edital de Seleção de Discentes para o Curso de Pós-graduação – Modalidade Aperfeiçoamento "Liderança Educativa para Equidade Racial: Gestão e Práticas Pedagógicas em Perspectiva Antirracista", da Escola do Parlamento em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e Edital EP 007/2022 – Edital Suplementar ao Edital EP 004/2022.

RG DO CANDIDATO	RESULTADO DA ANÁLISE DO RECURSO
291.253.210 SSP	Considerando recurso interposto pela candidata, a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Escola do Parlamento <b>DEFERE</b> o recurso impetrado
413.686.036 SSP	Considerando recurso interposto pela candidata, a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Escola do Parlamento <b>DEFERE</b> o recurso impetrado
441.147.914 SSP	Considerando recurso interposto pela candidata, a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Escola do Parlamento <b>INDEFERE</b> o recurso impetrado: -Descumprimento do disposto no art. 17 do edital 04/2022, por não encaminhar o ofício de confirmação da inscrição do Grupo de Trabalho e Referência (GTR).
32549771-0 SSP	Considerando recurso interposto pela candidata, a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Escola do Parlamento <b>DEFERE</b> o recurso impetrado
303177883 SSP	Considerando recurso interposto pela candidata, a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Escola do Parlamento <b>DEFERE</b> o recurso impetrado
02.618.415.45 8 DETRAN	Considerando recurso interposto pela candidata, a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Escola do Parlamento <b>DEFERE</b> o recurso impetrado
04195856458 SSP	Considerando recurso interposto pela candidata, a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Escola do Parlamento <b>INDEFERE</b> o recurso impetrado: -Descumprimento do disposto na alínea "c" do inciso II do art. 15 do edital 04/2022, por não encaminhar o diploma
33538334-8 SSP-SP	Considerando recurso interposto pela candidata, a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Escola do Parlamento <b>INDEFERE</b> o recurso impetrado: -Descumprimento do disposto na alínea "c" do inciso II do art. 15 do edital 04/2022, por não encaminhar o diploma
371632626 SSP	Considerando recurso interposto pela candidata, a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Escola do Parlamento <b>INDEFERE</b> o recurso impetrado: -Descumprimento do disposto na alínea "c" do inciso II do art. 15 do edital 04/2022, por não encaminhar o verso do diploma
17.531.972-8 SSP	Considerando recurso interposto pela candidata, a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Escola do Parlamento <b>DEFERE</b> o recurso impetrado

Edital EP 07/2022

DOCUMENTO DO RG	RESULTADO DA ANÁLISE DO RECURSO
42.729.394-7 SSP	Considerando recurso interposto pela candidata, a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Escola do Parlamento <b>DEFERE</b> o recurso impetrado
213915777 SSP	Considerando recurso interposto pela candidata, a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Escola do Parlamento <b>DEFERE</b> o recurso impetrado
20.590.337-X SSP	Considerando recurso interposto pela candidata, a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Escola do Parlamento <b>DEFERE</b> o recurso impetrado
326614758 SSP	Considerando recurso interposto pela candidata, a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Escola do Parlamento <b>DEFERE</b> o recurso impetrado

### COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E CREDENCIAMENTO DA ESCOLA DO PARLAMENTO

Alexsandro do Nascimento Santos, Diretor Presidente

Gustavo Costa Dias, Diretor Acadêmico

Rubem Davi Romancini, Diretor Executivo

#### Escola do Parlamento

Comissão de Avaliação e Credenciamento

A Comissão de Avaliação e Credenciamento, instituída pelo Edital EP 002/2020, publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em 01 de fevereiro de 2020, torna pública que não houve apresentação de recursos contra a não-habilitadas nos termos do Edital EP 005/2022 – Edital de Seleção de Discentes para o Curso de Pós-graduação – Modalidade Aperfeiçoamento "Educação Política para a Cidadania e Valores Democráticos na Escola" da Escola do Parlamento e Edital EP 008/2022 – Edital Suplementar ao Edital EP 005/2022.